

ONGs Populares: uma proposta alternativa de atendimento a jovens excluídos do processo social¹

Cleide de Fátima Galiza de Oliveira²

Introdução

Movimentos populares em busca da transformação social, redefinições ideológicas em torno da infância brasileira e surgimento de entidades não-governamentais com o propósito de incorporar à sua prática novas formas de atuação, constituem os principais elementos que, inter-relacionados, irão nortear as ações alternativas desenvolvidas pelas ONGs populares de atendimento a crianças e adolescentes socialmente desassistidos.

No final da década de 70 e início dos anos 80, setores da população brasileira se mobilizam para mudar as condições de vida de segmentos mais vulneráveis ao descaso governamental. Nesse período, emergem, em vários pontos do país, organizações que se propõem a dar assistência ao segmento infanto-juvenil das camadas populares. São entidades que se abrigam sob a denominação genérica de ONG (Organização Não-Governamental). Porém, entre essas existem grupos que se assemelham com relação aos interesses perseguidos, diferenciando-se dos demais no que se refere às formas de atuação e às propostas contidas em seus objetivos.

¹ Esse texto é baseado na Dissertação de Mestrado em Sociologia intitulada *Cúmplices na Sobrevivência: ONGs populares e infância desassistida*.

² Socióloga do Departamento de Sociologia do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

Com o intuito de agrupar entidades com características similares, tornou-se necessário elaborar uma definição apropriada e que servisse de orientação ao estudo que se pretendia desenvolver sobre a atuação dessas organizações. Desse modo, foram consideradas *Organizações Não-Governamentais Populares de Atendimento à Infância* aquelas entidades sem fins lucrativos, inseridas no bairro de origem de sua clientela, com um corpo dirigente oriundo do meio popular, prestando assistência direta a crianças e adolescentes, desenvolvendo práticas alternativas com o objetivo de conscientizar o jovem de sua condição de vida e, ao mesmo tempo, oferecendo possibilidades ao adolescente de se reconhecer como agente de transformação social.

A Região Metropolitana do Recife - RMR, acompanhando o movimento nacional em prol da infância desassistida, ampliou o número de entidades preocupadas com o atendimento à criança e ao jovem da camada socialmente desfavorecida. Para se ter uma idéia da real dimensão do fenômeno, das entidades existentes na RMR, 70% foram criadas na década de 80 (Cadastro... 1991). A maior parte delas atende crianças e jovens que ainda conseguem se manter em seus locais de moradia desenvolvendo, portanto, um trabalho de caráter preventivo, cuja importância pode ser dimensionada pelo expressivo número de crianças e jovens candidatos a esse tipo de ação ao se considerar que, em 1990, 53,5% das crianças e adolescentes no Brasil viviam em famílias com renda *per capita* que não ultrapassava $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo. Para o Nordeste esse número é expressivamente superior, ficando em torno de 77,5% (FIBGE, 1992:14).

O caráter preventivo das ações adquire também sua importância ao se constatar que “por trás dos meninos e meninas que estão nas ruas, vamos encontrar as periferias urbanas, onde milhões de famílias subsistem sem condições mínimas de bem-estar e de dignidade” (Costa, sd : 25) .

Portanto, o segmento infanto-juvenil que necessita de ação preventiva é bastante significativo, concentrando-se, sobretudo, nas comunidades pobres. Esse contingente apresenta-se vulnerável às oscilações estruturais e, internamente, trava um contínuo duelo entre sair à rua para garantir a sobrevivência e permanecer em seu local de moradia tentando preservar a convivência em seu *habitat* de origem.

Esse grupo constitui-se em público-meta das entidades que desenvolvem atividades de caráter preventivo. Assim, as ONGs populares que atendem crianças e adolescentes que ainda vivem em sua moradia, tornaram-se objetos de estudo (Ver Quadro Síntese) e passaram a ser analisadas com o propósito de “identificar os principais traços que delineiam o formato metodológico das entidades, além de verificar que elementos constituem o projeto de cidadania definido e de que forma são repassados e inculcados na população jovem, beneficiária de seus programas”.

Para atingir os objetivos propostos foram realizadas , no período de agosto a novembro de 1992, entrevistas com dirigentes, educadores e jovens, entre 15 e 17 anos de idade, beneficiários das ONGs populares .

Movimentos Sociais e ONGs Populares

Os movimentos sociais que, na década de 70, eclodem em todo o país, são múltiplos em suas características e heterogêneos quanto às demandas solicitadas e quanto aos diferentes grupos sociais que participam de suas manifestações. Desse modo, as entidades que daí emergem, passam a atuar em diversas frentes, dirigindo suas ações a mulheres, índios e a grupos marginalizados, entre eles crianças e adolescentes situados nos estratos inferiores da sociedade.

A preocupação com o segmento infanto-juvenil, manifesta-se a partir da instauração da CPI do Menor em 1976. As revelações da Comissão Parlamentar sobre as reais condições de vida de milhões de crianças sem escola, sem casa, sem comida, contribuíram, sem dúvida, para o aprofundamento das discussões acerca das políticas sociais e das alternativas possíveis na abordagem do problema.

O diagnóstico elaborado pelo Legislativo configura o reconhecimento oficial da falência das ações governamentais existentes, as quais mostraram-se ineficientes no trato do problema. Situações expressas no relatório final da CPI ao concluir que “somente um organismo com a força de um ministério (...) poderá atingir, em escala nacional, a plenitude do problema. Caso contrário, a ação governamental continuará representando uma gota d’água num vasto oceano de

carências”(Brasil, 1976: 49).

A problemática, na ocasião, é amplamente debatida, adquirindo dimensão internacional. O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), por sua vez, redireciona suas ações para o Brasil e passa a investir em ações comunitárias, saindo de uma postura assistencialista para a colaboração em programas destinados à melhoria da qualidade de vida de meninos e jovens pertencentes a setores desfavorecidos da sociedade (Alvim; Valladares, 1988).

As entidades de atendimento às crianças e aos adolescentes multiplicam-se em todo o país, constituindo formalmente, em 1985, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR que, em assembléia realizada em Brasília, discute as novas diretrizes de atuação para os pequenos que se marginalizam através do trabalho precoce, da mendicância e da participação em atividades ilícitas.

QUADRO SÍNTESE DOS ESTUDOS DE CASO

ONG	Fundação (ano)	Localização (bairro)	Beneficiário (quant.)	Atividades principais	Financiamento
Centro de Apoio ao Menor e a Mulher	1983	Linha do Tiro	80	-Pré-escolar e alfabetização - Profissionalização com geração de renda	- Público - Internacional (Suíça, Holanda, Alemanha) - Privado
A Turma do Flau	1982	Brasília Teimosa	60	-Profissionalização com geração de renda -Pré-escolar	- Público -Internacional (Alemanha)
Centro de Formação do Educador Popular Maria da Conceição	1982	Morro da Conceição	150	-Creche -Ensino Regular (1ª a 4ª série) -Profissionalização -Grupo de música e de dança africana	-Público -Internacional (Alemanha) -Próprio
Centro de Cultura e Educação Daruê Malungo	1988	Campina do Barreto	250 (rotativo)	-Danças populares -Capoeira -Pré-escolar e alfabetização (assistemática)	-Público (assistemático) -Internacional (esporádico)

O MNMMR emergiu de um momento político em que se questionavam as políticas oficiais direcionadas à população infanto-juvenil, declaradas pela CPI do Menor, como insatisfatórias e ineficientes, ao mesmo tempo em que se rediscutia e se elaborava uma nova concepção de criança-cidadão que, de objeto de compaixão, passa a sujeito pleno de direitos. Essa passagem da pessoa da esfera privada para a pública onde se valoriza a participação e se desenvolve a prática de opinar, falar e decidir é um processo novo que ocorre, segundo Durham (1984), nos movimentos sociais de cunho comunitário³.

Assim, com propostas de ações alternativas às políticas governamentais, surgem as ONGs populares que, dentre outros aspectos, têm como objetivo integrar o indivíduo ao seu meio. As ONGs populares também se propõem a desenvolver um trabalho preventivo pois é nas comunidades pobres que se encontra uma parcela significativa da população infanto-juvenil, desassistida e à mercê de políticas governamentais não concretizadas.

ONGs Populares de Atendimento à Infância: ações e resultados

Para atender aos objetivos propostos, em seu duplo aspecto – preventivo e conscientizador –, o conteúdo ideológico das atividades vivenciadas pelas ONGs populares analisadas, revela-se nessa tentativa de criar possibilidades para que a criança e o jovem percebam-se como sujeitos de direitos e deveres, capazes de transformar a sociedade em que vivem. Sob esse enfoque, as organizações populares buscam alternativas que conduzam à concretização e à construção da cidadania do adolescente.

Essa abordagem, porém, segue uma linha de movimentos sociais que considera o homem dono de seu próprio destino a qual foi encampada pela Igreja Católica que, por sua vez, exerceu grande influência sobre o novo olhar da sociedade com relação às questões inerentes à opressão e subordinação dos menos favorecidos. Nesse

³ Durham (1984:28) desenvolve a idéia de que no movimento social, quando todos os envolvidos expressam a mesma carência, tornam-se iguais. "E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade (...). Essa vivência da comunidade, isto é, da coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado".

sentido, nos anos 60, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, a Igreja redireciona sua linha de evangelização passando a auto-identificar-se com os pobres como uma forma de "tomar-se parceiro político do oprimido na luta libertadora" (Scherer-Warren, 1989:128). Nessa relação dialética opressão-libertação, organizam-se grupos que buscam, não apenas superar alguma forma de subordinação, mas também interferir nas relações sociais que comandam essa dialética.

Sob esse aparato teórico, as ONGs populares desenvolvem atividades utilizando metodologias que visam alcançar os objetivos comuns de luta sinalizando para a transformação social. Nesse sentido, as análises sobre as organizações em questão procuram atender as seguintes indagações : 1^a. - Quais os efeitos da metodologia alternativa, utilizada pelas entidades, sobre os jovens beneficiários de seus programas? 2^a. - De que maneira se estabelece no jovem o reconhecimento de si próprio como agente de transformação social ?

Por sua própria natureza institucional e por estarem inseridas em bairros em condições socioeconômicas não privilegiadas, as ONGs populares lidam com uma clientela em situação especialmente difícil. São jovens com 14, 15, 16, 17 anos de idade que não foram atendidos eficazmente pelo Estado constituindo-se, portanto, em grupo excluído do processo social, apresentando deficiência nutricional, dificuldade de aprendizagem, baixas perspectivas de melhoria de vida, dentre outras impossibilidades. Nesse cenário, o atendimento se transforma em desafio para as entidades, tomando complexa a sua ação.

Na verdade, o leque de necessidades que acompanha o processo natural de formação psico-sócio-cultural do adolescente não encontra respaldo suficiente nos recursos humanos existentes nas ONGs populares (Ver Quadro 1). Para obter respostas adequadas às demandas dos jovens beneficiários, estas organizações precisariam estar melhor equipadas e dispor de pessoal capacitado para esse fim. O que fazer com a jovem que engravida, com o adolescente que se droga, com a jovem que se prostitui, com os adolescentes que desejam fugir e abandonar radicalmente a família – para uns, num ímpeto de "independência" e para outros em virtude dos maus-tratos ?

Afora esses fatores, vistos sob a ótica de "impulsos normais" e circunstanciais da adolescência, o beneficiário, desse tipo de organização, também precisa de rendimentos para sobreviver. Quem poderá responder a toda essa problemática?

QUADRO 1

ONGs POPULARES	RECURSOS HUMANOS (*)		
	ORIGEM	REMUNERAÇÃO	ESCOLARIDADE
CAMM	- Ex-integrantes do Centro - Pessoas da comunidade	Permanente	Diversificada (variando do 1º grau ao Magistério concluído).
A TURMA DO FLAU	- Pessoas da comunidade, em sua maioria	Eventual	Magistério (há uma única educadora)
CENTRO Mª da CONCEIÇÃO	- Ex-integrantes do Centro - Pessoas da Comunidade, em sua maioria	Permanente	Magistério especial (todos os educadores)
CENTRO DARUÊ MALUNGO	- Pessoas da comunidade e áreas vizinhas	Eventual	Diversificada.

(*) Exceto os dirigentes.

Para atrair o jovem e mantê-lo desenvolvendo alguma atividade, de preferência que lhe assegure uma formação profissional, são oferecidos, pelas ONGs populares, cursos e experiências de trabalho com retorno financeiro imediato. Há, no entanto, uma defasagem entre as expectativas desses adolescentes e a capacidade de atender demandas específicas, sobretudo as relacionadas com a geração de renda. A venda, por exemplo, de picolé, de jarros de cimento, e do pequeno artesanato etc., são insuficientes para suprir as suas carências.

Por outro lado, a formação profissional, propriamente dita, representa custos elevados, exigindo equipamentos apropriados e, sobretudo, uma formação escolar básica do beneficiário. De modo

geral, os cursos profissionalizantes, propriamente ditos, exigem uma carga horária de mais longa duração; necessitam de instrutores capacitados e de maquinárias adequadas aos cursos propostos. Segundo Ammann (1987:69), "a formação profissional no Brasil atende mercados altamente segmentados, um formal e outro informal, um de alta e média renda, outro de baixa renda e miséria absoluta". Assim, aqueles cursos dirigidos às camadas populares podem se caracterizar mais como adiestramento para o emprego do que a educação profissional abrangente⁴.

Assim, são ministrados cursos que, de modo geral, caracterizam-se como "ocupacionais", cuja principal finalidade é manter o jovem na entidade, iniciando-o em alguma atividade produtiva – seja do ponto de vista do aprendizado, seja como geradora de renda.

São, no entanto, as condições objetivas de vida dos adolescentes atendidos por essas organizações que dificultam o engajamento em cursos profissionalizantes plenos e limitam a sua inserção no mercado de trabalho, levando-os a permanecer no estrato inferior da sociedade. Embora inexistam estudos sistemáticos sobre o tema, há indícios de que os egressos dessas entidades quase sempre terminam por se incorporar ao mercado informal, como a maioria da população do Brasil.

Embora não apareça explicitamente nos discursos dos dirigentes, esta parece ser uma grande conquista das ONGs populares: *evitar que o jovem, por estar desocupado e desmotivado, integre-se a uma "gang" e encontre mais rapidamente a destruição.*

Aí reside, portanto, o caráter preventivo das entidades. Manter o jovem ocupado constitui-se em um alento para as famílias que, ao se sentirem incapacitadas para oferecer as condições adequadas ao desenvolvimento integral de seus membros menores, vêm, nesse tipo de entidade, um "porto seguro", consubstanciado na idéia de que, ao permanecer integrado a alguma atividade, o jovem não se expõe a riscos.

4 Os cursos oferecidos por organizações governamentais e não-governamentais às camadas populares, de modo geral, oferecem um conteúdo precário; equipamento deficiente ou inexistente; têm um caráter assistencial. Desse modo, a "formação profissional pode ser considerada como um mero disfarce"(Universidade... ,1990:66).

A decisão familiar em encaminhar os filhos às entidades, delegando o poder de manutenção às ONGs, reflete a fragilidade de poder – aqui entendida como a perda da capacidade em administrar o cotidiano – exemplificada num desabafo contundente feito a uma dirigente : “faça com o meu filho o que você quiser”. Nesse sentido, as organizações populares são percebidas pelas famílias socialmente desfavorecidas, como a “salvação” para suas crianças e adolescentes. Essas entidades, portanto, assumem o papel da família, quando oferecem o alimento; quando tentam solucionar brigas dos jovens junto à vizinhança; quando introduzem a disciplina em atos nitidamente domésticos.

São, no entanto, as microações, desenvolvidas pelas ONGs populares que irão permitir a construção da cidadania sob a perspectiva de perceber e reivindicar direitos. Estas práticas rotineiras, como a instituição de horários e normas de funcionamento para todas as atividades, podem oferecer ao adolescente elementos disciplinares imprescindíveis em sua relações sociais, além de possibilitar um ordenamento em sua desordem cotidiana. As experiências vivenciadas pelas entidades são permeadas pela utilização de métodos que transmitem aos jovens a necessidade da autovalorização, da confiança em si mesmo. Para alcançar tais objetivos as ONGs populares em questão, desenvolvem seus trabalhos através de duas vertentes principais: a prática cultural e a discussão coletiva.

O Centro Daruê Malungo e o Centro Maria da Conceição são ONGs que buscam incentivar a aprendizagem pela prática cultural. É um método que procura resgatar as manifestações populares através da dança e da música de origem africana. A capoeira, o maculelê, o frevo, o maracatu, o samba “reggae”, o afoxé, o pastoril fazem parte de um todo que motiva e atrai o jovem para as referidas entidades.

Em princípio, a participação em atividades lúdicas consiste em preencher uma necessidade de entretenimento comum a todo indivíduo, porém, através da dança e da música, oriundas da África, são repassados aos jovens ideais de conquista e de luta.

O resgate da cultura de origem representa um passo importante para o adolescente reconhecêr e valorizar as raízes históricas e, ao

mesmo tempo, identificar-se como parte integrante de um processo histórico-cultural em mutação. Desse modo, as ONGs populares que têm como fio condutor de suas ações as manifestações populares, de influência africana, representam um oásis no atendimento às populações jovens desassistidas. Através de entretenimentos, o adolescente é motivado a participar das atividades, tarefa esta não tão simples de se realizar e, o que é mais importante, o jovem encontra um espaço de discussão embalado pelo batuque, pelo "reggae", pela aquisição de conhecimentos sobre as origens, e a confecção dos instrumentos, passando a visualizar a cultura como elemento de transformação.

Nesse processo, constrói-se, simultaneamente, uma *identidade*, promotora de união, de descoberta, de semelhanças que não provêm apenas das condições materiais de sobrevivência.

É evidente que a percepção da cultura como afirmação de uma raça e como fator propulsor de autovalorização, não é um sentimento generalizado entre os beneficiários. No entanto, os indícios encontrados nos depoimentos, quando se explicita a possibilidade de o jovem verificar que ao resgatar os fundamentos histórico-culturais está se processando o fortalecimento de um povo, são elementos significativos para estimular a aplicabilidade, em larga escala, de experiências semelhantes em entidades particulares e em órgãos governamentais.

O trabalho coletivo, em que as discussões são levadas ao grande grupo, num aprendizado contínuo e gradual, é mais uma marca das organizações populares, e isto é sentido e assimilado pelos adolescentes, beneficiários de seus programas. A prática do debate, quando são exteriorizadas as dificuldades e colocadas em aberto as decisões a serem tomadas para o encaminhamento das atividades, torna o jovem mais responsável através do exercício da reflexão. De modo específico, constatou-se, em alguns depoimentos, que a confiança do adolescente em si mesmo emerge como consequência dessa maneira de compartilhar o cotidiano no interior das entidades. Estas experiências irão repercutir no mundo exterior às organizações, ou seja, a prática da discussão acompanha o jovem na escola, no trabalho, no grupo de amigos.

Se por um lado, os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas

organizações não-governamentais populares, aqui analisadas, parecem insatisfatórios, seja pela dificuldade em administrar de forma adequada as diferentes e complexas situações vivenciadas pelos adolescentes, ou seja pela difícil condição de vida do jovem, por outro lado, há de se ressaltar aspectos positivos nas metodologias utilizadas.

As ONGs populares, circunscritas nos quatro casos analisados, são parte de um movimento social comprometido com mudanças na qualidade de vida da população infanto-juvenil, utilizando, em sua prática, ações alternativas visando à transformação social.

O conteúdo ideológico contido nas propostas das entidades é repassado ao adolescente e, ainda que minimamente absorvido, configura-se como um trabalho embrionário cujos efeitos, a longo prazo, poderão ser evidenciados em práticas cotidianas e em ações mais globais. As marcas de um processo de conscientização, ainda em curso, estão refletidas, por exemplo, na capacidade de o jovem perceber o "povo" e o governo como agentes de transformação social, numa ação compartilhada.

É inegável que tal compreensão da realidade fundamenta-se nas redefinições dos movimentos populares e das entidades que daí se originam, quanto à postura diante do Estado. Inicialmente, à época do regime ditatorial no Brasil, o Estado era considerado um "inimigo" a ser evitado, chegando, contudo, na década de 80, época da democratização, a ser reconhecido, por setores dos movimentos sociais, como uma instância a ser considerada como um possível aliado. Assim, a postura antiestatal cede lugar à ação consciente que visa conjugar esforços para a transformação e democratização do Estado. As ONGs tomam-se, então, "atores sociais da sociedade civil, trabalhando para a construção de sociedades democráticas, ou simplesmente sofrendo sua ausência", conforme analisa Souza (1991:21).

Encampando as grandes linhas de ação do movimento e submetendo-se às especificidades locais, as ONGs populares aqui tratadas podem ser reconhecidas como eficazes quanto ao trabalho miúdo e de retaguarda que realizam.

Portanto, as ações dessas entidades podem ser classificadas numa

escala decrescente, partindo-se de resultados mais efetivos para efeitos menos abrangentes.

Assim, as ONGs populares de atendimento a jovens do Recife podem ser consideradas:

I - Garantidoras da tranqüilidade familiar - O engajamento dos jovens beneficiários nos chamados cursos “ocupacionais do tempo” ou em outras atividades programadas pelas organizações populares, representa *proteção* para aquela clientela. *Manter-se ocupado*, configura-se, para os adolescentes, como uma possibilidade de não inserção no mundo dos “desocupados”, situação “marginal” amplamente rejeitada pela sociedade.

Por outro lado, o trabalho preventivo transcende a juventude beneficiária das ONGs populares. Ao oferecer meios educativos e socializadores, as entidades passam a desempenhar algumas funções inerentes à instituição familiar que, por se encontrar socialmente fragilizada, não consegue atender às demandas de seus componentes, principalmente os menores de idade.

II - Remediadoras da ineficácia do Estado - Os jovens carentes, segmento atendido pelas ONGs populares, apresentam deficiências acumuladas em suas trajetórias de vida, como a acentuada defasagem entre idade e anos de escolaridade, além de carência de ordem sócio-familiar representada pela falta de emprego para os pais, de alimentação, de moradia digna etc. As condições objetivas de existência dificultam, assim, os trabalhos desenvolvidos comprometendo sensivelmente os resultados obtidos ou esperados a partir da metodologia utilizada. Cabe, assim, às ONGs populares atuarem sobre os efeitos, ou seja, remediarem uma situação que sobredetermina o seu trabalho, embora escape à sua capacidade a resolução de problemas estruturais de tal gravidade.

III - Laboratórios de experimentos - Esta condição se concretiza quando as ONGs populares utilizam metodologias inovadoras como, por exemplo, a aprendizagem pela prática cultural, com ênfase nas manifestações populares, motivando o jovem para participar de suas atividades e, ao mesmo tempo, favorecendo o reconhecimento das raízes históricas de seu povo.

IV - Incubadoras de mudança social - Sob o ponto de vista da conscientização política, formando o adolescente, construindo sua cidadania, criando a possibilidade de se reconhecer agente de transformação social, em parceria com o governo, numa ação compartilhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Paul. *As teorias e a prática da formação profissional*. Brasília: Mtb/SMO, 1987. (Série Estudos e Pesquisas, 5).

ALVIM, Ma Rosilene Barbosa, VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *BIB*, Rio de Janeiro, n.26, p.3-37, 2º semestre, 1988.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *A realidade brasileira do menor*. Brasília, 1976.

CADASTRO das Entidades Não-Governamentais da Região Metropolitana do Recife. Recife: IDEC/CBIA, 1991.

COSTA, Antonio Carlos G. da. *De menor à cidadão*. Notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil. Ministério da Ação Social. sd.

DURHAM, Eunice R. Movimentos Sociais. A construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 10, p. 24-30, out., 1984.

FUNDAÇÃO IBGE. *Crianças & Adolescentes*. Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, v.4, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90. *Revista IBASE*. Rio de Janeiro, p. 20-24, abril/maio, 1991.

UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco. *Trabalho e menor*. Contradições e Perspectivas. Recife, 1990. (Relatório de Pesquisa).

